

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. São Paulo, 26 de agosto de 2014.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014	30/06/2013		Nota	30/06/2014	30/06/2013
Ativo Circulante		516.242	560.044	Passivo Circulante		123.243	370.851
Disponibilidades	4 & 15.c	1.176	1.616	Outras Obrigações		123.243	370.851
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 & 15.c	91.151	112.949	Sociais e Estatutárias		89	133
Aplicações no Mercado Aberto	4	91.151	112.949	Fiscais e Previdenciárias	11	3.903	139.917
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	307.198	187.833	Negociação e Intermediação de Valores	6	108.460	220.052
Carteira Própria		603	524	Diversas	12	10.791	10.749
Vinculados à Prestação de Garantias		204.703	187.309				
Vinculados ao Banco Central		101.892	-				
Outros Créditos		116.711	257.613	Passivo Exigível a Longo Prazo		280.787	158.684
Rendas a Receber		419	209	Outras Obrigações		280.787	158.684
Negociação e Intermediação de Valores	6	108.906	220.194	Fiscais e Previdenciárias	11	278.512	141.836
Créditos Tributários	7	4.553	34.075	Diversas	12	2.275	16.848
Diversos	8	2.833	3.135				
Outros Valores e Bens		6	33	Patrimônio Líquido	14	376.773	243.063
Despesas Antecipadas		6	33	Capital Social:			
Ativo Realizável a Longo Prazo		264.180	212.117	De Domiciliados no País		296.000	195.698
Outros Créditos		263.998	212.096	Reservas de Lucros		82.021	54.399
Créditos Tributários	7	64.646	36.162	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.248)	(7.034)
Diversos	8	199.352	175.934				
Outros Valores e Bens		182	21				
Despesas Antecipadas		182	21				
Permanente		381	437				
Investimentos		223	223				
Outros Investimentos		2.176	2.176				
(Provisões para Perdas)		(1.953)	(1.953)				
Imobilizado de Uso	9	5	9				
Outras Imobilizações de Uso		68	68				
(Depreciações Acumuladas)		(63)	(59)				
Intangível	10	153	205				
Outros Ativos Intangíveis		295	295				
(Amortizações Acumuladas)		(142)	(90)				
Total do Ativo		780.803	772.598	Total do Passivo		780.803	772.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		195.698	-	16.640	89.528	(4.113)	-	297.753
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	-	(2.921)	-	(2.921)
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b	-	-	-	(44.764)	-	-	(44.764)
Dividendos com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.b	-	-	-	(44.764)	-	-	(44.764)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	43.859	43.859
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	2.193	-	-	(2.193)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(6.100)	(6.100)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	17.783	-	(17.783)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	17.783	-	(17.783)	-
Saldos em 30 de Junho de 2013		195.698	-	18.833	35.566	(7.034)	-	243.063
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		195.698	-	19.665	45.884	700	-	261.947
Aumento de Capital		-	100.302	-	-	-	100.302	100.302
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	-	(1.948)	-	(1.948)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	19.572	19.572
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	979	-	-	(979)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	7.747	-	(7.747)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	7.746	-	(7.746)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		195.698	100.302	20.644	61.377	(1.248)	-	376.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando na: intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. A Santander CCVM tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander CCVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 26 de agosto de 2014.
As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander CCVM, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2014 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.
b) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria de títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.
Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge" podem ser classificados como:
I - "hedge" de risco de mercado; e
II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:
(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Outros Investimentos
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h.2) Imobilizado
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.

h.3) Intangível
Os gastos classificados no ativo intangível - aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).
A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Remuneração Baseada em Ações
Liquidação em Ação
São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.
No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em Dinheiro
No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

k) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander CCVM na reunião realizada em 26 de agosto de 2014.

n) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades de R\$1.176 (30/06/2013 - R\$1.616) e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$91.151 (30/06/2013 - R\$112.949).

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2014	30/06/2013	Abertura por Vencimento					
			Ajuste a Mercado	Sem Circulante	De 0 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 5 a 15 anos	Valor Contábil
	Valor	Refletido no Custo	Resultado	Contábil	mento			
Títulos para Negociação	307.179	(39)	307.140	545	184.062	20.641	101.892	187.825
Títulos Públicos -								
Financiarias do Tesouro - LFT	306.634	(39)	306.595	-	184.062	20.641	101.892	187.309
Títulos Privados -								
Cotas de Fundos de Investimento	545	-	545	545	-	-	-	516
Títulos Disponíveis para Venda	58	-	58	58	-	-	-	8
Títulos Privados - Ações	58	-	58	58	-	-	-	8
Total de Títulos e Valores Mobiliários - Circulante	307.237	(39)	307.198	603	184.062	20.641	101.892	187.833

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com instrumentos financeiros derivativos de terceiros é composta por títulos públicos federais, no valor de R\$306.595 (30/06/2013 - R\$187.309).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2014 e 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	267.093	250.419
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	2.207	7.759
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.207	7.759
Total	269.300	258.178

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2014			01/01 a 30/06/2013		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	258.588	7.812	-	240.859	8.527	24
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	8.509	217	-	9.560	643	-
Baixas por Pagamentos (4)	(5.822)	-	-	-	(1.411)	(24)
Saldo Final	267.093	2.207	-	250.419	7.759	-
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos ⁽²⁾	82.215	649	-	51.013	5.975	57

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$16.884 (30/06/2013 - R\$14.409): a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$36.252 (30/06/2013 - R\$31.409): a Santander CCVM ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

ISS - Instituições Financeiras - R\$9.695 (30/06/2013 - R\$8.653): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Deutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$61.967 (30/06/2013 - R\$59.755): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Plano Verão IRPJ/CSLL - R\$62.539 (30/06/2013 - R\$60.494): ação judicial relativa aos impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$66.394 (30/06/2013 - R\$62.354): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$236.961 e o principal processo é:

PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o Art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. O valor envolvido atualizado é de R\$57.381.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores

Em 30 de junho de 2014, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$11.415 (30/06/2013 - R\$11.654), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11) de responsabilidade de ex-contratadores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2014, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliadas no país.

Em AGE de 10 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$100.302.012,97 (cem milhões, trezentos e dois mil e doze reais e noventa e sete centavos), sendo R\$100.301.776,29 (cem milhões, trezentos e um mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos) a ser integralizado pelo acionista Banco Santander e R\$236,68 (duzentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos) a ser integralizado pela acionista Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Leasing"), mediante a emissão de 7.715.539.459 novas ações, a serem emitidas pelo preço de emissão de R\$0,013000. Em decorrência do aumento, o capital social da Companhia passará de R\$195.697.987,03 para R\$296.000.000,00 mediante a emissão de 7.715.539.459 novas ações, sendo 3.857.769.730 ações ordinárias e 3.857.769.729 ações preferenciais.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 31 de março de 2014, foi aprovada o destaque e o pagamento de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a março de 2014, no montante bruto de R\$3.100 (R\$0,15181375 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,12904169, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de abril a junho de 2013, no valor de R\$2.600 (R\$0,12732766 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,10822851, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de janeiro a março de 2013, no valor de R\$3.500 (R\$0,34280524 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$0,29138445, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$89.528 (R\$4,384370743 por lote de mil ações ordinárias), sendo que o valor de R\$44.764 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$44.764 da conta de reserva para reforço de capital de giro. O pagamento foi efetuado em 28 de março de 2013, e serão imputados integralmente ao acionista Banco Santander (Brasil) S.A.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2014, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em junho de 2014, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.280 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social e participação indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2014	30/06/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Disponibilidades	1.176	1.616	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	91.151	112.949	4.816	5.158
Rendas a Receber	361	149	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽²⁾ (Nota 12 & 17)	(10)	(4)	(34.235)	(22.266)

⁽¹⁾ As aplicações com vencimento até 3 meses.

⁽²⁾ Refere-se a valores a pagar ao Banco Santander (Brasil) S.A.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços de corretagens de operações em Bolsas e comissões de colocação de títulos.

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15.c)	34.235	22.266
Comunicações	5.216	4.838
Serviços Técnicos Especializados	302	832
Outras	1.509	2.285
Total	41.262	30.221

18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Atualização de Depósitos Judiciais	3.916	2.046
Reversão de Provisões Operacionais	389	868
Atualização de Impostos a Compensar ⁽¹⁾	147	25.323
Recuperação de Encargos com Operações de Clientes no Exterior	71	26
Outras	1.394	528
Total	5.917	28.791

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2013, inclui R\$25.140 pelo reconhecimento do processo de repetição de indébito a título de AIRE (Adicional de Imposto de Renda Estadual), transitado em julgado.

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	5.784	4.225
Trabalhistas (Nota 13.c)	217	643
Outras Provisões Operacionais	46	24
Comissões	3.835	5.723
Atualização de Impostos	292	215
Outras	517	1.179
Total	10.691	12.009

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	28.431	69.159
Participações no Lucro	(724)	(1.397)
Juros sobre o Capital Próprio	(3.100)	(6.100)
Resultado antes dos Impostos	24.607	61.662
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(9.843)	(24.664)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.494	723
Demais Ajustes	214	38
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.135)	(23.903)

22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano e CABESP.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em Abril/2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a PREVIC, em razão de Déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

É uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes. Possui também 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	30/06/2014		
	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(103.693)	(58)	(27.547)
Valor Justo dos Ativos do Plano	136.104	70	25.439
Sendo:			
Superávit	32.411	12	-
Déficit	-	-	(2.108)
Valor não Reconhecido como Ativo	32.411	12	-
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2014	-	-	(2.108)
Contribuições Efetuadas	7	-	104
Receita (Despesas) Reconhecidas	(7)	-	(171)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(2.080)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	10.612	2	3.041

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais (122.622) (40) (35.559)
Valor Justo dos Ativos do Plano 135.414 127 24.097

Sendo:

Superávit 12.792 87 -
Déficit - - (11.462)

Valor não Reconhecido como Ativo 12.792 87 -

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2013

Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos 7.339 6 1.252

Planos de Contribuição Definida

Santanderprevi

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 01 de Setembro de 2005.

Os valores apropriados relacionados aos planos de contribuição definida Banesprev e SantanderPrevi foram de R\$0 e R\$39, respectivamente (2013 - R\$4 e R\$53).

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos:

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:

. Banesprev e Sanprev - 11,2% (2013 - 8,7%).

. Cabesp - 11,3% (2013 - 9,0%).

- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte:

. Banesprev e Sanprev - 11,2% (2013 - 8,7%).

. Cabesp - 11,3% (2013 - 9,0%).

- Taxa estimada de inflação no longo prazo:

. Banesprev e Sanprev - 4,5% (2013 - 4,5%).

-